



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PROCESSO: 007.00023837/2024-15
INTERESSADO: Coordenadoria de Tecnologia da Informação
PARECER: CJ/SAA n.º 204/2025
EMENTA: Ata de Registro de Preços. Prorrogação. Aditamento. Aquisição de Licenças de Software de Segurança, incluindo instalação, configuração e suporte, treinamento e atualização. Manutenção das condições do edital. Quantitativos remanescentes. Vedada a renovação do quantitativo. Demonstração de vantagem à Administração. Artigo 84, Lei federal nº 14.133/2021. Viabilidade, atendidas às recomendações.

Senhor Procurador do Estado Chefe,

1. Vieram os autos a esta Consultoria Jurídica, para o exame da proposta de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços COADM nº 59/2024, celebrada com a empresa DMK3 Tecnologia Ltda (0050577705).

2. A Ata de Registro de Preços, datada de 19/12/2024, teve como objeto a *“Constituição de Sistema de Registro de Preços, para eventual e futura aquisição de licenças de software de segurança, incluindo instalação, configuração e suporte, treinamento e atualização do software, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº 90006/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição”*. Constaram no item 2 do documento os preços, especificações e quantitativos. Previu-se a validade de 1 (um) ano para



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

a ata, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso e com anuência do fornecedor (item 5).

3. A Coordenadoria de Suprimentos e Gestão de Contratos apresentou justificativa à proposta de prorrogação (0086897959), na qual atesta a **comprovada vantajosidade e economicidade** para a Administração, o **atendimento a contento das demandas** apresentadas e a **concordância da empresa fornecedora, mantendo as condições vigentes**, contando com a aprovação e autorização da autoridade responsável (0086898059).

4. Foram apresentadas propostas de preços (0089861510) e juntada planilha comparativa (0086897662), na qual se demonstra a vantajosidade para a Administração (0086897836).

5. Foram também apresentadas as planilhas dos quantitativos iniciais e remanescentes (0086897177 e 0086897382, respectivamente).

6. A minuta de termo aditivo consta da instrução (0086898148).

7. Concluídos os trâmites internos, os autos vieram a esta Consultoria Jurídica, para análise e parecer (0087003765).

É o relatório do essencial. Passo a opinar.

8. Cumpre registrar que o exame em questão é norteado pelos elementos que, nesta oportunidade, constituem a instrução, limitada a análise à prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços.

9. Destaco que a manifestação se circunscreve ao proposto 1º Termo Aditivo (0086898148), amparado no artigo 84, da Lei federal 14.133/2021.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

10. Nos termos do dispositivo legal:

Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas. (gn)

11. O Decreto federal nº 11.462/2023 assim dispõe sobre a possibilidade de prorrogação de vigência de atas de registro de preços:

Artigo 22. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 36.

12. No caso, houve expressa previsão sobre a possibilidade de prorrogação (Cláusula Quinta):

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

13. Nesse contexto, para que a prorrogação possa ocorrer em conformidade com a lei, é necessária a comprovação da vantagem financeira sobre nova contratação, nos termos do artigo 84, da Lei federal nº 14.133/2021.

14. A pesquisa realizada (089861510, 0086897662 e 0086897836) aponta três orçamentos, sendo certo que a empresa atualmente fornecedora pratica preços mais vantajosos.

15. Contudo, reputo prudente averiguar se os preços praticados em contratações posteriores à formalização do registro de preços a ser prorrogado são superiores, o que confirma e dá segurança à vantagem para a administração.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

16. Demais disso, cabe à autoridade competente analisar as condições demonstradas no processo e decidir, de maneira fundamentada, se é cabível a prorrogação ou não do registro de preços firmado com a empresa DMK3 Tecnologia Ltda.

17. Não localizei nos autos a informação acerca da disponibilidade orçamentária no tocante ao período de prorrogação da ata, o que se recomenda providenciar, ainda que o item 5.1.2. da Ata determine que a indicação dos créditos orçamentários respectivos deverá ocorrer quando da formalização do instrumento da contratação.

18. Dessa forma, cabe à autoridade competente analisar a justificativa apresentada, a vantajosidade que a cotação de preços revela e a oportuna existência de reserva orçamentária, temas que fogem à atribuição desta Consultoria Jurídica.

19. Relembre-se que toda alteração contratual deve ser justificada por escrito, motivado e observado o interesse público a ser perseguido e preservado, e ser previamente autorizada pela autoridade competente.

20. Importa anotar, em atendimento ao disposto no art. 195, § 3º, da Constituição da República, que é necessária a demonstração, por parte da contratada, de regularidade para com a Seguridade Social, FGTS, Ministério do Trabalho e Fazendas. As certidões de regularidade em comento devem estar no prazo de validade no momento de celebração do aditamento. Observe-se, também, a necessidade de constar dos autos cópia atualizada dos atos constitutivos da contratada, inclusive para aferição de sua atual representação, assim como a verificação de inexistência de inscrição da contratada no CADIN estadual e sistema de sanções. Ademais, todas as condições de habilitação existentes à época da celebração da avença original deverão estar mantidas para que seja possível a celebração do aditamento.

21. Caberá à Administração efetivar prévia pesquisa no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, inexistência de inscrição da contratada no CADIN estadual e sistema de sanções bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mencionado no art. 23 da Lei Federal 12.846/2013, de abrangência nacional; e, ainda, nos termos da e-Orientação SubG-Cons nº 4/2021,



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (art. 22 da Lei Federal nº 12.846, de 2013), ao Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (artigo 5º do Decreto Estadual nº 60.106, de 2014) e à relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

22. Quanto à minuta de termo aditivo colacionada aos autos, não vislumbro prejuízo em sua adoção, com as seguintes observações:

a) Nas considerações iniciais, recomendo que conste a seguinte redação: “A Ata de Registro de Preços celebrada em 19/12/2024, com vigência de 23/12/2024 a 23/12/2025, podendo ser prorrogada por mais 12 (doze) meses.

b) Recomendo a correção da cláusula primeira: “Prorrogar a vigência da Ata de Registro de Preços COADM nº 59/2024, firmada em 19/12/2024, por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 23/12/2025, com término previsto para 23/12/2026.

c) Recomendo a revisão do quadro de itens, quantidades e valores, certificando-se a pasta de que representam fielmente as planilhas iniciais e de remanescentes apresentadas, e que não apresenta acréscimo de nenhuma natureza.

d) Recomendo a uniformização das fontes utilizadas e seus tamanhos.

e) Recomendo, ainda, a exclusão do segundo parágrafo da cláusula terceira, por apresentar redação parcialmente idêntica ao parágrafo terceiro da mesma cláusula.

23. Registre-se, a respeito de aditivos de contrato, que o Tribunal de Contas do Estado baixou as Instruções nº 01/2024, indicando providências a serem adotadas pela Administração.

24. Cumpre reforçar não ser possível o acréscimo ou restabelecimento de quantitativos que já tenham sido contratados quando da prorrogação da



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ata (Cláusula 6, item 6.3, 'a' e 'b', da ATA COADM nº 59/2024), cabendo apenas a contratação do remanescente, o que se recomenda atenta verificação da pasta.

25. Posto isso, reputo possível a prorrogação da ata, mediante o ajuste do Termo Aditivo proposto, observadas as recomendações desta peça opinativa.

São Paulo, 27 de novembro de 2025

Beatriz Couto Tancredo
Procuradora do Estado



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DE
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

PROCESSO: 007.00023837/2024-15
INTERESSADO: Coordenadoria de Tecnologia da Informação
ASSUNTO: Constituição de Sistema de Registro de Preços para eventual contratação de licenças de software

Aprovo o parecer retro, nos termos do artigo 2º da Resolução PGE nº 6/2017.

Encaminhe-se à d. Subsecretaria de Gestão Corporativa.

São Paulo, 27 de novembro de 2025.

José Luiz Borges de Queiroz

Procurador do Estado
OAB/SP nº 88.103